



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
ESCOLA DE SAÚDE E FORMAÇÃO COMPLEMENTAR DO EXÉRCITO**

1° TEN AL ARAÚJO
1° TEN AL FABIANO ARAÚJO
1° TEN AL MATHEUS FERREIRA

02 DE JULHO:
A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NA BAHIA

SALVADOR
2023

1° TEN AL ARAÚJO
1° TEN AL FABIANO ARAÚJO
1° TEN AL MATHEUS FERREIRA

02 DE JULHO:
A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NA BAHIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora da Divisão de Ensino da **Escola de Saúde e Formação Complementar do Exército**, como requisito parcial para conclusão do Curso de Formação de Oficiais.

Orientador: Major Albuquerque.

Co-orientador:

SALVADOR
2023

02 DE JULHO:
A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NA BAHIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora da Divisão de Ensino da Escola de Saúde e Formação Complementar do Exército, como requisito parcial para conclusão do Curso de Formação de Oficiais.

Aprovado em: ____/____/2023

NOME-POSTO-PRESIDENTE

NOME-POSTO-1ºMEMBRO

NOME-POSTO-2ºMEMBRO

DANEIL SOUZA DE ALBUQUERQUE – Maj
Orientador

AGRADECIMENTOS

A Deus, por nossas vidas e por ter guiado os nossos passos até o presente momento. Temos a firme certeza de que todas as coisas estão em Suas mãos.

Aos nossos familiares, pelo apoio ao longo da jornada da vida. Nos momentos mais difíceis, vocês sempre estiveram conosco.

Ao nosso orientador, Major Albuquerque, pelas muitas aulas de História Militar, pela disponibilidade em sala de aula e fora dela e pelo aconselhamento ao longo do trabalho. Muito obrigado.

Aos instrutores, cujos exemplos iremos levar ao longo da carreira. Obrigado pela presença constante em todo o curso.

Aos nossos colegas, companheiros das risadas às lágrimas, sempre ao nosso lado.

RESUMO

Durante o processo de Independência do Brasil, a província da Bahia ocupou um papel importante. Nessa região, o conflito entre a Coroa Portuguesa e as forças brasileiras foi longo e intenso. Na verdade, quase um ano após a proclamação solene feita por Pedro I, ainda havia combates nesta região. Esta pesquisa tem como objetivos: discutir a importância dos conflitos em outras regiões do país dentro do processo maior da Independência do Brasil, focando as lutas na Bahia; e apresentar um pouco da produção acadêmica atual sobre o tema. Acreditamos que esse conflito foi central e decisivo para a história do Brasil e deve ser considerado como a verdadeira Independência do Brasil.

Palavras-chave: História Militar do Brasil; Independência do Brasil; Independência da Bahia.

ABSTRACT

During the process of Brazil Independence, the province of Bahia occupied an important role. In this region, the conflict between the Portuguese Crown and the Brazilian forces was long and intense. In fact, almost one year after the solemn proclamation made by Peter, the first, there were still fighting happening in that region. This research aims to: discuss the importance of conflicts in other regions of the country inside the bigger process of Brazil Independence, focusing the fights in Bahia; present some of the current academic production about the subject . We believe this conflict was central and decisive for Brazil's history and should be considered the real Independence of Brazil.

Key-words: Brazil's Military History; Brazil Independence; Bahia Independence.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. AS VÁRIAS INDEPENDÊNCIAS DO BRASIL	9
1.1 Contexto da Independência do Brasil.....	9
1.2 As guerras da independência.....	12
2. O PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA NA BAHIA	14
3. 02 DE JULHO: A MEMÓRIA QUE DEVE PERMANECER.	21
REFERÊNCIAS.....	27

INTRODUÇÃO

O dia 07 de setembro de 1822 está presente na memória dos brasileiros como símbolo da Independência do Brasil. No entanto, o grito de Dom Pedro às margens do rio Ipiranga, apesar de sua importância, foi somente o início das lutas que confirmariam a emancipação política brasileira. A consolidação das palavras do então príncipe-regente e futuro imperador se daria às custas de muitos sacrifícios e derramamento de sangue, uma vez que os portugueses dispunham de forças militares maiores e mais organizadas e não desejavam perder seus domínios.

A Bahia se tornou o ponto central da luta pela liberdade do Brasil. Desde o início de 1822, violentos confrontos entre portugueses e brasileiros acirraram os ânimos na cidade de Salvador, gerando um clima de tensão. As arbitrariedades lusitanas geraram o desejo de autonomia, e muitos simpatizantes da causa brasileira buscaram a região do Recôncavo Baiano, onde se formou um núcleo de resistência. Nesse contexto, ocorreu intensa mobilização popular e diversos conflitos entre aqueles que defendiam as ideias de liberdade do país e as forças leais à Coroa Portuguesa.

Nossa pesquisa se debruça sobre esse contexto específico, o das guerras pela Independência do Brasil. Objetivamos explorar esse recorte temático, visitando a produção bibliográfica mais recente sobre o tema e destacando o relevante papel desempenhado pela Bahia no contexto das lutas pela emancipação do Brasil. Nossa hipótese é a de que seria necessário ressignificar o processo de Independência, evidenciando outros atores regionais brasileiros, os quais desempenharam papéis tão importantes quanto aqueles do Rio de Janeiro, capital à época. Dentro dessa hipótese central, destacamos a centralidade da província da Bahia nos conflitos e na concretização da Independência brasileira.

1. AS VÁRIAS INDEPENDÊNCIAS DO BRASIL

A Independência do Brasil é comemorada oficialmente no dia 7 de setembro. Esta data evoca o dia em que Dom Pedro I, às margens do Ipiranga no ano de 1822, proclamou o grito da independência. O marco histórico foi considerado feriado nacional durante o governo de Eurico Gaspar Dutra, em 1949, e até hoje é reverenciado com desfiles cívico-militares em todo o país como data culminante de um processo que se estendeu da chegada da família real portuguesa, em 1808, até meados de 1825, quando se deu a assinatura do Tratado de Paz entre Portugal e Brasil onde se reconheceu a emancipação.

Entretanto, se ampliarmos o contexto em que se desenvolveu a singular independência brasileira, veremos um quadro mais complexo de acontecimentos que torna a data estabelecida para comemoração como uma de vários eventos significativos para o tema. Primeiramente, o desenvolver desse processo que se inicia muito antes do ano de 1822, com eventos que contribuíram para a construção do cenário de libertação, e o término bem posterior ao brado do Príncipe. Segundo, temos a atuação em várias regiões do país de fortes resistências à decisão feita no Sudeste, como no Grão-Pará, no Maranhão, na Bahia, no Piauí e na Cisplatina. Isso nos mostra a amplitude de pelo menos mais de uma década em que se engendrou a libertação brasileira e as diferentes opiniões presentes aqui, desmistificando a formas simples e incoerentes que é apresentada o marco atual. Há diversas discussões historiográficas em torno de qual seria a real data a ser marcada. Neste capítulo, abordaremos o âmbito em que se engendrou a separação de Brasil e Portugal, jogando luz a uma realidade bem mais complexa e densa. Primeiramente haverá uma explanação sobre o contexto, depois uma breve abordagens das batalhas pela independência que ocorreram no Brasil, exceto a ocorrida na Bahia que será feita no capítulo dois com mais amplitude.

1.1 Contexto da Independência do Brasil

Em 22 de janeiro de 1808, chega à Bahia o príncipe, a família real e 15 mil pessoas pertencentes à corte de Portugal, fugidos da fúria de Napoleão Bonaparte. Daquele momento em diante, as terras brasílicas nunca mais seriam as mesmas, pois

seriam construídas as bases de uma nação livre e independente. Ainda na Bahia, em 1808, foi decretada a abertura dos portos, abolindo o exclusivismo comercial metropolitano. Posteriormente, em 1810, importantes tratados econômicos foram estabelecidos com nações amigas, principalmente a Inglaterra. Acrescenta-se ainda, na questão econômica, a anulação do alvará que proibia a criação de manufaturas e fábricas no Brasil, a criação da Casa da Moeda e do Banco do Brasil. No cenário político, é importante destacar que:

Um verdadeiro aparelho de estado e um corpo diplomático instalaram-se no Rio. E em 16 de dezembro de 1815, o Brasil passou à categoria de Reino Unido ao de Portugal e Algarve. Assim, a ex-capital colonial tornou-se sede de ministérios, secretarias, tribunais, repartições públicas, de um Conselho de Estado, outro de Fazenda etc. E foi no Rio de Janeiro que, morta a rainha, o até então príncipe-regente foi aclamado, em 1818, como rei João VI. (LINHARES, 2016, p. 182)

A presença da corte trouxe também fortes influências europeias na cultura brasileira, principalmente a inglesa. Criou-se a Biblioteca Nacional, o Jardim Botânico e a Imprensa Régia, demonstrando que as transformações não se furtavam apenas às políticas e econômicas, mas abarcavam outros setores da sociedade. Esse período pode ser entendido como pré-independência do Brasil, onde as bases da emancipação foram construídas e, ao longo do tempo, solidificadas.

O reino de Portugal parecia relegado a um segundo plano, vítima do que se denominou a “inversão brasileira”, ou seja, a substituição de Lisboa pelo Rio de Janeiro como capital do Império (LINHARES, 2016). As ações de Dom João VI no Brasil marcaram de tal forma a política, a economia, a cultura e a mentalidade brasileira que a elevou a um patamar jamais alcançado, o que futuramente levaria o seu próprio filho, Dom Pedro, a não ceder a tentativa de Portugal de retomar o Brasil a sua condição de colônia e conduzi-la como antes.

Em face dos ocorridos desde a chegada da Família Real no Brasil, o clima em Portugal era de amargura e crise, visto que se viu abandonada pelo seu rei e economicamente decaiu sem o exclusivismo comercial cultivado por séculos. As ideias liberais, contrárias ao Antigo Regime, ao absolutismo, ao mercantilismo e dentre outras coisas representadas por ele, agitavam aquela nação, o que fez eclodir uma inesperada revolta na capital. As ideias giravam em torno da criação de uma assembleia constituinte que limitasse o poder do rei, algo que foi bem recebido por

brasileiros e portugueses que moravam no Brasil. Um governo liberal se instala em Lisboa, convocando a reunião das “cortes”. Assim, a Revolução do Porto se fazia em 1820, tendo uma de suas exigências o retorno do rei às terras lusitanas para validação de suas exigências. As províncias brasileiras aderem, ao longo do tempo, à revolução. Entretanto, as cortes se mostram contraditórias: cada vez mais hostis aos brasileiros, mesmo aos que aderiram à causa; buscavam a extinção das estruturas do Antigo Regime, ao mesmo tempo em que querem rebaixar o Brasil a uma colônia novamente. Outrossim, nem todos os brasileiros se contentavam com a presença dos portugueses, a xenofobia se fez presente em algumas revoluções anteriores, como a Revolução Pernambucana de 1817. Esta revolução também pode ser entendida como o início das guerras pela independência (PIO, 2022). Políticos e intelectuais brasileiros já abordavam a necessidade de um país completamente livre dos lusitanos, ou seja, independente. As opiniões se dividiam em várias: alguns acreditavam na necessidade do rei no Brasil para manutenção da ordem, outros queriam o país independente, ainda havia aqueles que buscavam uma união de reinos como a da Áustria-Hungria.

Cedendo às cortes, em abril de 1821, o rei volta a Portugal, deixa seu filho como príncipe-regente e encerra uma importante passagem pelo Brasil. Inicia-se em Lisboa a luta pela subjugação da antiga colônia ao mesmo tempo que grupos brasileiros se unem ao redor de Dom Pedro pelo Brasil, como podemos ler abaixo:

A cisão dos grupos dominantes era compreendida como a forma mais fácil de promover a aparição dos grupos subalternos como protagonistas políticos. Oliveira Lima, especialista em História da Independência, avaliou a formação de um forte bloco brasileiro em torno do príncipe Pedro como uma transação entre o elemento nacional avançado, embora não radical, com o elemento reacionário, no caso o forte “partido português”. Tais grupos, liberal e conservador, mantinham sua aliança de forma conjuntural, visando à conquista da independência e evitando, no mesmo tempo, uma revolução. (LINHARES, 2016, p. 199)

Com o apoio das elites agrárias e de pessoas experientes, como José Bonifácio de Andrada e Silva, Dom Pedro foi ganhando força política. O príncipe não aceitou a ordem de voltar a Portugal expedida pelos políticos lusitanos, mas sim, decidiu por ficar no Brasil. A decisão ocorreu no dia 9 de janeiro de 1822, conhecido hoje como o Dia do Fico, após a entrega de um abaixo-assinado com mais de 8 mil assinaturas

solicitando a ele que permanecesse. A partir dessa decisão um caminho de ruptura se seguirá, o que fica claro com a fala de Pedro em um manifesto à população:

A minha felicidade (convençei-vos) existe na vossa felicidade: é minha glória reger um povo brioso e livre. Dai-me o exemplo das vossas virtudes e da vossa união. Serei digno de vós (DOM PEDRO citado por PIO, 2022, p. 48).

Dom Pedro recebia influência de José Bonifácio e também de sua esposa, Leopoldina de Habsburgo, que era “inteligente e excelente pessoa” (OLIVEIRA LIMA, 2019). Diante da impossibilidade de diálogo com as cortes e conselho dos influenciadores, ele decide proclamar a independência. Nas margens do rio Ipiranga, em 7 de setembro de 1822, ele declara a libertação do Brasil das tiranias das cortes ao bradar “Independência ou morte!”. Essa afirmação, entretanto, irá custar muitas batalhas e sangue para ser concretizada.

1.2 As guerras da independência

O grito da independência ecoou pelo território inteiro e foi recebido de modos diferentes. Houve tensões sociais e políticas após o 7 de setembro de 1822 em muitas regiões, destacamos as batalhas corridas no Piauí, Maranhão, Grão-Pará e na Província Unidas do Prata ao longo dos anos de 1823.

Inspirados pela Guerra da Independência na Bahia, nas regiões do Norte e Nordeste, uma forte resistência foi construída contra o poder central. Logo após 7 de setembro houve a tentativa de imposição de fidelidade à antiga coroa no Piauí. Comandados pelo governador João José da Cunha Fidié, os portugueses tentaram subjugar o povo nas vilas e cidades do interior. Porém, ocorreu um confronto na Vila do Campo Maior, à beira do Rio Jenipapo, em 13 de março de 1823. O confronto é apontado como um dos mais sangrentos ocorridos na época. Segundo o Capitão Viana Pio:

Juntamente com maranhenses e cearenses, os piauienses lutaram contra as tropas portuguesas, como consequência, esse conflito deixou cerca de 200 brasileiros e mais 100 portugueses mortos. (PIO, 2022, p. 146).

Esse acontecimento ficou conhecido como batalha do Jenipapo, e, apesar dos piauienses perderem o confronto, é importante frisar a força e persistência dos nordestinos para defender a pátria. A tropa do major Fidié estava exausta,

seguiram para o Maranhão, onde foi montado um refúgio na região de Monte das Tabocas. Aguardavam suporte da coroa portuguesa, mas este nunca chegou. O agrupamento resistiu em Maranhão por 3 meses, acabando por se render em 1 de agosto de 1823 diante da ausência de apoio e cerco dos nordestinos. Findou-se a resistência portuguesa no Piauí e no Maranhão.

No Pará, Norte do Brasil, a fidelidade à coroa portuguesa estava sólida. O almirante Cochrane estava com sua esquadra na costa da província do Maranhão, então ordenou que o capitão inglês John Pascoe Greenfell se deslocasse até Belém, o que ocorreu em 10 de agosto de 1823. Ele convenceu a Junta Governativa a declarar apoio à emancipação brasileira e estabelecer outra junta fiel a Dom Pedro. Dias depois, João Batista Gonçalves Campos, cônego brasileiro, incita a população a uma revolta para instaurar um governo popular na região. Em resposta, o capitão Greenfell manda executar cinco homens e aprisiona 250 no porão do brigue Palhaço. Condenados a sede e calor, apenas um homem sobreviveu. Assim é consolidado a expulsão das tropas portuguesas no Norte.

Por fim, a Guerra da Cisplatina, atual Uruguai também pode ser incluída como uma fase desse processo. O local foi palco de disputa entre as nações portuguesa e espanhola por décadas, sendo discutida sua posse por meio de vários tratados: Tratado de Madrid, Tratado de Santo Idelfonso e o Tratado de Badajoz. Em 1816 ela é invadida e ocupada por portugueses. Em 1821 é incorporada à coroa de Dom João VI e denominada Província Cisplatina. Entretanto, em 1822, a guarnição do general Lécor rebela-se contra a ideia de independência. Lécor, apoiador da emancipação, é destituído pelo seu próprio exército e assume o brigadeiro Álvaro da Costa de Sousa Macedo. O general busca realizar um cerco e é apoiado pelo governo do Rio de Janeiro. A estratégia é certa, levando Álvaro da Costa a embarcar com seu exército e Marinha para Lisboa. Em março de 1824 a Cisplatina está na posse do governo brasileiro.

Assim, finda as batalhas da independência no Brasil e a resistência portuguesa. O país se vê livre das correntes da colonização que perdurou por longos três séculos e inicia a construção da sua nacionalidade e liberdade. O tratado de Paz e Aliança, cujo conteúdo é o reconhecimento de Portugal com relação à independência, assinado em 29 de agosto de 1825, é a carta de alforria do Brasil. Percebemos a longa marcha até esse ponto, marcada por uma série de eventos

sangrentos, marcantes e indispensáveis para o processo, iluminando um imenso quadro repleto de complexidade em que foi constituída a independência do Brasil.

2. O PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA NA BAHIA

A região onde hoje se encontra o estado da Bahia tem um antigo histórico de participação nas lutas contrárias à dominação portuguesa, desde os tempos coloniais. É possível verificar a afirmação anterior na chamada Conjuração Baiana de 1798, ocorrida em contexto muito próximo daquele da Inconfidência Mineira (1789), mas tratado de maneira muito mais severa pelas autoridades lusas. O movimento baseava-se nos ideais iluministas e envolveu pessoas de diferentes grupos sociais, como foi exposto em 1941 pelo médico, político e autor baiano Afrânio Peixoto:

A Inconfidência Baiana, bem mais importante, inspirava-se em princípios da Revolução Francesa: igualdade dos homens, abolição do cativeiro, liberdade contra os abusos religiosos e forma republicana de governo. Um dos conjurados depôs que 676 pessoas conspiraram, sendo 34 oficiais de linha, 54 de milícias, 11 funcionários, 13 graduados em letras, 48 clérigos, 44 frades, oito familiares do Santo Ofício, inferiores, soldados, negociantes, escravos e até um professor e poeta, autor do hino, Francisco Moniz Barreto de Aragão, que lecionava em Minas do Rio de Contas (PEIXOTO citado por PORTO FILHO, 2015, p.19).

Esse histórico deve-se, em parte, ao papel central da cidade de Salvador. A cidade havia sido a sede da administração colonial até 1793 e ocupava o posto de maior cidade da América do Sul entre fins do século XVIII e início do século XIX. Tal importância foi atestada quando a família real portuguesa, ao transferir a Corte para o Brasil, fez escala de 35 dias na cidade. Ainda em Salvador, antes de seguir viagem ao Rio de Janeiro, Dom João decretou a Abertura dos Portos às Nações Amigas e autorizou o funcionamento da Escola de Cirurgia da Bahia. Não apenas a cidade, mas muitos de seus cidadãos ilustres gozavam de grande reputação durante o Período Joanino.

Como explorado no primeiro capítulo, a Revolução Constitucionalista de 1820, iniciada na cidade do Porto, em Portugal, mudaria drasticamente os destinos do Brasil e, especialmente, da Bahia. As assim chamadas Cortes exigiram o retorno de Dom João VI a Portugal e a elaboração de uma Constituição Política da Monarquia Portuguesa, o que demandou a convocação de parlamentares brasileiros, inclusive

baianos. A historiadora Dilma Cabral (2012), aponta que houve até mesmo uma adesão dos deputados da Bahia ao movimento liberal, uma vez que ele era visto como uma oportunidade de reação ao governo instalado no Rio de Janeiro.

No entanto, as intenções das Cortes lusas estavam longe dos anseios de autonomia das províncias do Brasil. Como expõem Porto Filho e Lucas Cerqueira Viana Pio:

[...] as Cortes Gerais passaram a interferir e a promover mudanças administrativas e militares no Brasil, gerando insatisfações, provocando atritos e fomentando o ódio entre portugueses e brasileiros, que se espalhou por diversas províncias (PORTO FILHO, 2015, p.51).

[...] Para impor sua autoridade sobre as províncias americanas [...] Lisboa passou a interferir e promover mudanças administrativas militares no Brasil, como, por exemplo, a decisão da nomeação de governadores de armas. Estes, diretamente subordinados às cortes e independentes dos governos civis, tinham como tarefa fazer cumprir as decisões de Lisboa, recorrendo à força se necessário [...] (PIO, 2022, p.42-43).

Na Bahia, os reflexos de tais tensões evidenciaram-se ainda em novembro de 1821, quando militares brasileiros reivindicaram a deposição da Junta de Governo instituída pelas Cortes. Sob o comando do general Inácio Luís Madeira de Melo, comandante da Legião Constitucional Lusitana, tropas portuguesas entraram em confronto com os brasileiros, espalhando o clima de revolta por Salvador.

A própria nomeação de Madeira de Melo como comandante das Armas não foi prontamente aceita e gerou diversos embates entre as autoridades soteropolitanas. Especificamente entre os dias 18 e 19 de fevereiro de 1822, uma série de confrontos entre brasileiros e portugueses acirrou ainda mais os ânimos na capital baiana. Um dos episódios mais marcantes nesses embates foi o assassinato da sóror Joana Angélica, abadessa do Convento da Lapa, que teria sido morta ao impedir a entrada de soldados portugueses na clausura. O ambiente de tensão e violência teria levado diversas famílias abastadas a deixar Salvador e procurar segurança na região do Recôncavo.

O Recôncavo Baiano viria a ser, de fato, o centro do descontentamento da província com as autoridades lusitanas. A área abrigava engenhos de açúcar e era o pólo da produção de fumo e algodão, além de ser o entreposto entre o interior e a

capital, tornando-se evidentemente estratégica. Na cidade de Cachoeira, a qual se tornaria o centro das conspirações brasileiras contrárias a Portugal, Dom Pedro foi finalmente aclamado “Regente e Perpétuo Defensor e Protetor do Reino do Brasil” no dia 24 de junho de 1822. Entretanto, a aclamação e os festejos populares decorrentes foram abalados pelo ataque de uma embarcação portuguesa, cujos tripulantes vieram a render-se somente no dia 28. Como registrado por Porto Filho, a notícia da aclamação mudaria completamente os destinos de baianos e brasileiros a partir de então:

As ocorrências em Cachoeira - que de uma simples aclamação ao príncipe regente se transformaram no início de uma guerra, com a tomada da escuna portuguesa -, inflamaram as vilas próximas. Contagiados pela coragem dos cachoeiranos, freneticamente começaram a se formar os batalhões patrióticos que iriam lutar pela libertação de Salvador do jugo da recolonização portuguesa, que a presença de Madeira de Melo representava (PORTO FILHO, 2015, p.65).

Uma Junta Interina foi criada em 26 de junho, em Cachoeira, e apenas três dias depois delegados de outras vilas chegaram à cidade para juntar-se à mobilização. Em 05 de julho, uma Comissão de Administração passou a atuar para a defesa da região e o ataque aos portugueses, seja através do alistamento, seja pela aquisição de armamento. Nesse contexto surgiu o famoso Batalhão dos Voluntários do Príncipe, que ficaria conhecido como Batalhão dos Periquitos, liderado por José Antônio da Silva Castro. Justamente nesse batalhão que Maria Quitéria, inicialmente conhecida como Soldado Medeiros, viria a apresentar-se para lutar. O movimento espalhou-se não apenas pelo Recôncavo, mas também por outras regiões da Bahia, de maneira que, em 06 de setembro de 1822, foi instalado o Conselho Interino do Governo da Província, sediado em Cachoeira.

Enquanto as tensões entre lusitanos e brasileiros tornavam-se cada vez maiores na província da Bahia, no Rio de Janeiro Dom Pedro também agia para fazer frente aos portugueses. Em primeiro de agosto, o príncipe publicou um manifesto no qual inclusive menciona os esforços da resistência na província:

Ilustres baianos, porção generoso e malfadada do Brasil, a cujo solo se tem agarrado mais essas famintas e empestadas harpias, quanto me punge o vosso destino! Quanto o não poder

há mais tempo ir enxugar as vossas lágrimas e abrandar o vosso desespero! Baianos, o brio é a vossa divisa, expeli do vosso seio esses monstros, que se sustentam do vosso sangue; não os temais, vossa paciência faz a sua força. Eles já não são portugueses, expeli-os e vinde reunir-se a nós, que vos abrimos os braços (DOM PEDRO citado por PORTO FILHO, 2015, p.77).

Seguindo os conselhos de José Bonifácio, o príncipe-regente decidiu contratar o general francês Pierre Labatut para comandar as tropas brasileiras. O militar partiu em 14 de julho, mas não pode desembarcar em Salvador, precisando seguir até Maceió e retornar por terra, de maneira que sua chegada à atual cidade de Dias D'Ávila, nas proximidades de Salvador, ocorreu apenas em 28 de outubro. Labatut impôs uma severa disciplina à tropa, organizando um exército até então “irregular e indisciplinado” (PORTO FILHO, 2015, p.70).

Conforme abordado na primeira parte deste texto, embora Dom Pedro tenha proclamado a Independência do Brasil em 07 de setembro de 1822 e, além disso, tenha sido aclamado e coroado Imperador em 12 de outubro do mesmo ano, o país ainda enfrentava diversos focos de resistência portuguesa. A Bahia ocupou lugar de destaque, uma vez que a província, aos olhos lusos, parecia ser a possibilidade de manter o domínio colonial na América, especialmente por concentrar a produção açucareira e possuir um porto estratégico. Nesse cenário, o elevado da região do Pirajá era muito significativo. O local era valoroso, pois permitia o controle da península de Itapagipe, acesso à Baía de Todos os Santos, bem como da Estrada das Boiadas, ligação com o interior, o que, conseqüentemente, garantia o domínio sobre a entrada de suprimentos na cidade de Salvador. Não por acaso as tropas brasileiras, sob comando do general Labatut desde 29 de outubro, posicionaram-se naquela localidade.

Madeira de Melo, após receber reforços de Portugal no dia 31 de outubro, havia decidido atacar as tropas de Labatut. Ao amanhecer do dia 08 de novembro, as forças lusitanas ocuparam o Pirajá e avançaram pela retaguarda brasileira. Os efetivos chocaram-se em diferentes flancos, numa longa e sangrenta batalha. Após cerca de cinco horas de lutas, o Coronel Barros Falcão, comandante da Primeira Brigada, preocupado com o avanço português, ordenou a retirada. No entanto, o corneteiro, cabo Luís Lopes, tocou convictamente “Cavalaria, Avançar!” e, em seguida, “Cavalaria, Degolar!”. Como resultado, os portugueses bateram em retirada, enquanto

os brasileiros os perseguiram e acabaram por derrotá-los. A Batalha do Pirajá, embora não tenha sido decisiva naquele momento, viria a influenciar os rumos dos embates:

Da Batalha de Pirajá ficaram duas lições: para os brasileiros, a comprovação da necessidade de mais tropas e de mais armas para o reforço de suas defesas e para o aperto ao cerco de Salvador. Para os portugueses ficou a certeza de que, sem mais um substancial reforço vindo de Portugal, não teriam condições de promover com êxito uma nova ofensiva terrestre em grande escala contra os brasileiros (PORTO FILHO, 2015, p.88).

Lucas Cerqueira Viana Pio (2022) informa de que, após a derrota no Pirajá, o voluntariado cresceu entre os brasileiros, enquanto os portugueses se viam obrigados a adotar uma posição mais defensiva. Madeira de Melo, ciente da carência de recursos e da dificuldade de movimento por terra, decidiu então focar atenções nas vias marítimas, realizando incursões contra a Ilha de Itaparica e a barra do Rio Paraguaçu. Contra as ofensivas lusitanas, destacou-se a atuação da flotilha improvisada liderada por João das Botas, a qual, embora muito menor, conseguiu resistir aos ataques da esquadra portuguesa entre dezembro de 1822 e janeiro de 1823. Estudos mais recentes têm, inclusive, salientado a importância da atuação dessa flotilha nas lutas pela independência:

Com destreza, paciência e notável dose de coragem, o Tenente João das Bottas habilidosamente conseguiu reunir em torno de sua liderança um grupo obstinado de valentes marinheiros sem aparente experiência militar e decidiu dificultar a permanência dos portugueses em Salvador, com relativo sucesso. [...] a dinâmica de operação da Flotilha garantiu que as forças do General Inácio Madeira de Melo permanecessem em sérias dificuldades para a manutenção logística eficiente de suas operações, tanto as ofensivas quanto defensivas, mesmo com a chegada da Esquadra portuguesa do Almirante João Félix (DE ARAÚJO, 2022, p.114-115).

Seguiam as lutas contra os portugueses na província da Bahia enquanto, no Rio de Janeiro, Dom Pedro I dava importantes passos para a concretização da Independência. Em Janeiro de 1823, o Imperador decretou a instituição de um batalhão sob comando do coronel José Joaquim de Lima e Silva, enviado para Salvador ainda naquele mês. Ademais, sob orientação de José Bonifácio, Thomas Cochrane foi convidado para liderar a Marinha Brasileira, ainda em formação. O militar

britânico partiu da capital imperial em 03 de abril e em 04 de maio entrou em confronto com a esquadra lusa na Baía de Todos os Santos. No início de maio, Cochrane e Labatut se encontraram e começaram a planejar a ofensiva contra as tropas portuguesas em Salvador.

Por uma série de motivos, Pierre Labatut acabou sendo afastado do comando dos combatentes brasileiros. Porto Filho (2015) alude a algumas razões principais para o ocorrido: a insatisfação de oficiais brasileiros por estarem subordinados a um estrangeiro, a excessiva rigidez do general francês com os voluntários e o descontentamento dos senhores de engenho com a incorporação de escravos às tropas. Independentemente das causas, Labatut foi deposto e preso em 21 de maio de 1823, sendo substituído pelo comandante do Batalhão do Imperador, coronel José Joaquim de Lima e Silva. Ao coronel, nascido no Rio de Janeiro e homem de confiança do Imperador, seria dada a honra de estar à frente do Exército Libertador na entrada triunfal em Salvador.

Os portugueses encontravam-se agora em situação não muito favorável: sitiados por terra pelas tropas brasileiras de Lima e Silva, cercado pelo mar pelas embarcações de Cochrane e carente de recursos. A opção de Madeira de Melo foi pela fuga da cidade, assim, no dia primeiro de julho, as tropas lusas abandonaram a capital baiana. As novidades chegaram aos acampamentos do Pirajá já na manhã do dia 02 de julho, de onde o Exército Pacificador partiu, em colunas, para finalmente entrar na cidade. Ironicamente, o desfecho de conflitos por vezes tão sangrentos deu-se de maneira completamente pacífica. Apenas um dia depois, a cidade de Cachoeira recebeu a notícia da libertação de Salvador, restaurada ao posto de capital da província.

O processo que ficaria conhecido como Independência da Bahia trouxe diferentes repercussões políticas, sociais e militares. Aquele Exército composto por pessoas dos mais diversos grupos sociais evidenciou tensões que vão além da crônica militar:

[...] composto por gente de todo tipo: civis, vaqueiros, caboclos, índios, negros libertos e escravos. Devido aos extenuantes combates, à falta de provisões e víveres e às péssimas condições logísticas de toda ordem, a tropa adentrou a capital demonstrando fraqueza, descalça, quase nua, explicitando a miséria superada diante das dificuldades da guerra. [...] As

tropas eram mal alimentadas, faltavam medicamentos, hospital e o equipamento era escasso (PIO, 2022, p.121-122).

Nesse sentido, talvez uma das primeiras dificuldades a serem transpostas foi justamente a questão da organização e da disciplina de voluntários, carentes de instrução e treinamento, mas que se esforçaram ao máximo na luta contra os portugueses, enfrentando moléstias, escassez de recursos e o próprio perigo da morte.

Os reflexos da guerra incluem uma incalculável quantidade de baixas, para a qual os historiadores nunca chegaram a um consenso. Além das mortes, ocorreram a devastação de fazendas e a ruína de engenhos de açúcar, fatores que levaram a economia de Salvador e de todo o Recôncavo Baiano a uma situação de crise irremediável. Somado aos fatores econômicos, demandas sociais também surgiram a partir dos conflitos, uma vez que indivíduos das camadas mais excluídas da sociedade participaram ativamente das lutas. Como resultado, a semente da revolta social estaria semeada nos corações de escravos, libertos, indígenas, caboclos e tantos outros.

3. 02 DE JULHO: A MEMÓRIA QUE DEVE PERMANECER.

Compreender como todo o processo narrado nas páginas anteriores se configurou, e mais do que isso, tecer uma argumentação que busque enaltecer o 2 de julho como a verdadeira data da independência do Brasil requer uma viagem rápida pelas teorias da ciência histórica e sua evolução ao longo do tempo.

Segundo os antigos gregos, a História era governada por uma das nove musas das artes. Clio (Kleiō), como era conhecida, costumava ser representada portando um livro em uma das mãos e uma trombeta na outra. Na capa do livro que segurava, em alguma das versões pode-se ler o termo “Tucydides”, nome do historiador e general ateniense que escreveu “História da Guerra do Peloponeso” um dos primeiros livros na história que se preocupava de alguma forma em explicar causas e estabelecer efeitos que reverberam no tempo para os feitos dos homens em vida.

Clio, a musa da História, “a proclamadora” como era conhecida, por sua vez era filha de Mnemosine (Mnēmosynē), uma titânide que personificava a memória na mitologia grega. Temos no português uma série de palavras que carregam justamente essa origem e se ligam de alguma forma com o tema: memória, rememorar, mnemônico, museu, entre outras. Nesse ponto é necessário, portanto, verificar que em sua origem a História esteve ligada ao ato de lembrar e proclamar. Essa era como, no princípio, os antigos gregos, construtores da História como no ocidente a entendemos, compreendiam como sendo a função do ato consciente de não permitir que o passado se perdesse.

A discussão começa a se tornar mais complexa quando passamos a buscar compreender os limites do que entendemos como o ato, bem como as motivações dessa lembrança consciente que chamamos de História. O primeiro dado que deve ser destacado é o significado original da própria palavra. História (ἱστορία) significa em grego literalmente “investigação” ou “pesquisa”. Era a palavra que iniciava a obra de Heródoto sobre suas observações acerca das viagens que fez pelo mediterrâneo no século V a.c.

Esta é a exposição das investigações de Heródoto de Halicarnasso, para que os feitos dos homens se não desvançam com o tempo, nem fiquem sem renome as grandes e maravilhosas empresas realizadas quer pelos Helenos, quer pelos Bárbaros; e sobretudo a razão por que

entraram em guerra uns com os outros (HERÓDOTO, 2015, p.25).

O termo ali empregado e traduzido como “investigações” é justamente ἱστορία, ou seja, História. Verificamos que no seu surgimento a ideia que se tinha sobre essa área era justamente a investigação sobre ações realizadas no tempo com objetivo de perpetuá-las e não permitir que se desvanecessem, ou seja, proclamá-las e dizê-las. O primeiro problema que cruzamos é justamente o de definir quais são os feitos dignos de serem proclamados e aqueles que não o são. A História nesse ponto descobriu uma batalha que ainda hoje é travada no campo da Historiografia, tanto entre aqueles que se dedicam à área de maneira profissional, quanto a quem mergulha nos debates históricos como que por diversão: a luta entre objetividade e subjetividade em suas análises.

De uma forma geral, nos seus primeiros séculos a História possuía a dupla característica de ser ao mesmo tempo, um registro de fatos dignos de serem lembrados que não poderiam ser esquecidos, e uma mestra para as ações futuras. A História assume nesses autores clássicos da Grécia e da Roma antigas uma abordagem pragmática, mostrando-se, como dirá Cícero, uma “mestra da vida”. Nota-se que tais ensinamentos se ligavam ao que posteriormente seria conhecido como a Grande História. Guerras em larga escala, ações memoráveis em batalha fruto do gênio dos comandantes militares, a vida e realizações dos governantes, reis, imperadores e posteriormente quando penetramos na Idade Média a Igreja Católica terá também um lugar garantido na atenção daqueles que escreviam qualquer coisa parecida com aquilo que conhecemos por História hoje. Nesse momento se multiplicam as chamadas “hagiografias”, escritos religiosos que versavam sobre a vida de pessoas ligadas à Igreja, santos, papas e os pais da Igreja.

Na Idade Moderna, principalmente influenciados pelo despertar das Ciências Naturais, ditas objetivas e positivas, a História também buscou métodos mais sólidos de análise, interpretação, validação e comparação entre as fontes primárias que serviam para seus estudos. Destaca-se nesse período as teses do prussiano Leopold Von Ranke (1785-1886), famoso pelo tratamento realmente objetivo que buscava dar as fontes que analisava, visando realmente fazer a crítica interna da documentação, concatenando informações e cruzando dados para que sua investigação fosse o mais objetiva possível; bem como realizar a crítica externa, referente às condições materiais

da documentação. Para isso utilizava técnicas de datação, de análise dos papéis, da tinta usada, dentre outros elementos que garantem a veracidade da fonte. Também nesse século veremos as abordagens dialéticas da História, primeiramente as idealistas oriundas do pensamento de Hegel (1770-1831) e posteriormente as materialistas-dialéticas que se organizam nos escritos de Karl Marx. (1818-1883).

Sem precisar entrar nos pormenores, em todos esses casos o que vemos é uma busca por uma História que tendia a se concentrar em parcelas específicas da população. Primeiramente na vida dos grandes líderes, do Estado, dos militares e reis, e por último em uma grande História contada a partir da ótica das dinâmicas de classe no século XIX. Existia claramente uma ideia inerente às abordagens citadas de uma busca pela verdade objetiva, seja através das vidas dos santos, papas, reis, líderes militares, seja na análise objetiva de fontes e no desenvolvimento de técnicas claramente objetivas, ou seja: nas tentativas de elaboração de grandes teorias que explicassem a História na totalidade, coerente, teleológica e significativa.

Ainda no século XIX com o surgimento da Psicologia enquanto ciência e das abordagens que buscavam mergulhar no mundo do não dito e do inconsciente, como a Psicanálise; a História, influenciada pelo contexto, passa a se debruçar sobre as manifestações espirituais, conscientes e inconscientes das sociedades humanas. De certa forma, aqui a ênfase do estudo estava na compreensão dos motivadores dos acontecimentos históricos entendidos como resultados de um determinado estado psicológico coletivo. Surgem termos que vão marcar a História, como, por exemplo, a “História das Mentalidades”.

Nesse mesmo contexto, já no início do século XX teremos a formação do grupo que ficou conhecido na História como “História do Annales”, uma diminuição do nome do periódico no qual os principais autores desta escola se reuniam, os “Annales d'histoire économique et Sociales”, ou simplesmente Anais de História Econômica e Social. Em poucas palavras, esse grupo de Historiadores operou uma verdadeira revolução no método histórico ao defender que não somente as fontes formais deveriam ser utilizadas como meios válidos de investigar o passado. Nessa abordagem, tudo aquilo que os seres humanos tocavam e criavam poderia ser utilizado como forma de explicá-los no futuro. Ao mesmo tempo, se afastava do documento escrito formal qualquer característica de repositório da verdade, como se o papel por si só contasse a verdade. Até então, nas concepções tradicionais da História o ato de ler uma fonte primária era de certa forma um encontro com a verdade

histórica solidificada no papel através do testemunho ali contido. Com os Annales, percebeu-se que além de não falar por conta própria, o documento histórico apenas respondia a questionamentos que lhe eram feitos pelo historiador com base nas dúvidas que precisavam ser respondidas no presente. A informação sempre esteve no documento. Mas os olhos do pesquisador só se abriram para aquele dado quando um questionamento surgia e o impelia a buscar a resposta olhando através daquele ângulo.

Essa abertura para novos tipos de fontes permitiu que novos temas surgissem como elementos de pesquisa e da análise histórica. Um dos que se destacaram, principalmente na segunda metade do século XX, é justamente o estudo da Memória. Como vimos, Mnemosine, a titânide, que personificava a memória, era a mãe de Clio, a musa da História na mitologia grega. Essa ideia da memória como tributária da História, no ocidente, nunca deixou de ser forte. Aquilo que é feito, precisa ser lembrado e proclamado, lembramos nesse ponto das trombetas representadas com Clio.

Um dos aspectos importantes da memória para aquilo que ora tratamos é seu caráter seletivo. Nem tudo aquilo que vivemos será lembrado. Certas lembranças precisam e devem ser esquecidas para que a vida tome seu curso normal. Lembranças dolorosas, traumáticas, costumam ser apagadas ou silenciadas em função da dor que causam. Outras são deliberadamente repetidas e rememoradas. É importante notar que o processo de rememoração, embora também se ancore no passado, não é o mesmo que o da investigação na História, uma vez que essa se serve de métodos que buscam ao máximo objetivar a análise, enquanto aquela seleciona de maneira particular o que deve ser revisitado, o que deve ser esquecido e o que deve ser silenciado.

O estudo da memória dentro da História trouxe para o domínio do coletivo as discussões relativas à memória individual que eram amparadas pela psicologia. Da mesma forma que a memória individual é seletiva, a memória coletiva também o é. Os acontecimentos experimentados em grupo são perpetuados ou silenciados em função de interesses, influências, forças sociais, políticas e financeiras. Sua importância é também marcada pelo impacto que possui para a sociedade mesma que a cultiva.

Nesse ponto já possuímos a contextualização necessária para aportar a discussão com a temática geral acerca das discussões relativas ao 2 de julho na Bahia. Quando pensamos no processo de independência do Brasil a partir de 07 de

setembro de 1822, como se notou, falamos de um processo que se inicia muito antes disso e termina muito depois. Os motivos do apagamento dessa data certamente repousam na preponderância que no século XIX tinha o sudeste brasileiro como sede do poder político, bem como na decadência da economia nordestina desde meados do século XVIII. As periferias do império não poderiam contar uma História que suplantasse a proeminência do centro de mando.

As consequências desse apagamento do 02 de julho na memória coletiva do povo brasileiro, entretanto, na medida em que perpetuam uma ideia de um desligamento pacífico com Portugal, não favorecem o fortalecimento das ideias coletivas de um povo forte e guerreiro disposto a lutar por sua independência. Não favorece também na nação o vislumbre dos feitos dos homens e mulheres que aqui fizeram seus nomes, seja vivendo ou morrendo em nome desses ideais.

Em última instância, valorizar o 2 de julho como real data da independência do Brasil, dentro das discussões anteriores sobre a seletividade da memória, é optar por selecionar o que nos engrandece como nação. O apoio do Exército Brasileiro nesse processo de rememoração, de proclamação do acontecido, em consonância com os interesses do presente da nação brasileira, aponta para a seleção do 02 de julho como data de igual ou maior importância do que o 07 de setembro, e indicam qual a versão se quer valorizar da memória. Valorizar a versão batalhadora de nosso povo no passado, hoje, é pressuposto de se ter uma consciência coletiva no futuro mais inclinada à defesa da pátria - se necessário - com o sacrifício da própria vida.

CONCLUSÃO

O processo de independência do Brasil, longe de ser um evento único, se mostrou com um processo de longa duração iniciado muito antes e finalizado muito depois de 07 de setembro de 1822. Nesse processo destaca-se a atuação das forças de libertação em várias províncias que não aderiram ao chamado vindo do Rio de Janeiro inicialmente. Tais batalhas e confrontos forjaram também nesses locais os sentimentos patrióticos e nacionalistas necessários à jovem nação brasileira.

Na Bahia, especialmente no recôncavo baiano, a presença militar portuguesa se fazia maior devido à posição estratégica daquela província no território luso americano. As lutas se estenderam de fins de 1822 até 1823 e foram marcadas por combates aguerridos e por uma intensa participação popular, um grande sinal da já compreensão daquela população como distintos da população portuguesa.

A memória coletiva do 02 de julho, durante muito tempo apagada ou posta a segundo plano pela historiografia brasileira, demonstra os processos de esquecimento e apagamento seletivo dos fatos de nossa independência. Valorizar a data é selecionar aquilo que deve ser mantido e aprimorado e optar por fazer com que a ideia de que somos um povo capaz e bravo no combate seja elevada e mantida como um pendur eterno para as futuras gerações.

REFERÊNCIAS

CABRAL, Dilma. “Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa”. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/164-cortes-gerais-e-extraordinarias-da-nacao-portuguesa>. Acesso em: 18/08/2018.

DE ARAÚJO, Jhony Santana. “As ações navais da Flotilha Itaparicana durante a Guerra da Independência na Bahia 1822-1823”. *Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil*. Rio de Janeiro, V. 18, no 36, p. 104-118 – 2022. Disponível em: <http://187.29.162.44/index.php/navigator/article/view/3280>. Acesso em: 19/08/2023.

PIO, Lucas Cerqueira Viana. *1823: a independência do Brasil na Bahia e o surgimento do Exército Imperial Brasileiro*. Rio de Janeiro: Pod, 2022.

PORTO FILHO, Ubaldo Marques. 2 de julho: *Independência da Bahia e do Brasil*. Salvador: Casa de Cultural Carolina Taboada, 2015.

LINHARES, Maria Yedda. *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

LIMA, Oliveira. *O movimento da independência*. Brasília: FUNAG, 2019.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp. 1990

DA SILVA, Helenice Rodrigues. “*Rememoração/comemoração*”: as utilizações sociais da memória. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22, nº 44, pp. 425-438 2002

HERÓDOTO. *Histórias: Livro I - Clio*. São Paulo. edipro, 2015